



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

CURSO SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO: DESDOBRAMENTOS E PRÁTICAS NO COTIDIANO ESCOLAR

LÉA MARCIA CARDOSO

ORIENTADORA: JULIANA CAIXETA

BRASÍLIA/2011

LÉA MARCIA CARDOSO

**CURSO SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO:
DESDOBRAMENTOS E PRÁTICAS NO COTIDIANO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Vitória. Orientadora: Professora Juliana Caixeta.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

LÉA MARCIA CARDOSO

**CURSO SABERES E PRÁTICAS: DESDOBRAMENTOS E PRÁTICAS
NO COTIDIANO ESCOLAR**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16 / 04 / 2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Juliana Caixeta

NOME DO ORIENTADOR (Orientador)

Raquel Soares de Santana

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

Léa Marcia Cardoso

NOME DO ALUNO (Cursista)

BRASÍLIA/2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter chegado até aqui.

Agradeço à minha querida família, principalmente aos meus filhos, Erika e Tiago, meus grandes amores e incentivadores.

Agradeço aos meus amigos, por toda paciência nesse caminhar.

Agradeço às minhas orientadoras: Raquel, Edna e Juliana, por toda generosidade.

Agradeço à escola onde realizei minha pesquisa qualitativa por todo acolhimento e atenção.

Agradeço aos meus alunos, que me instigam a novas descobertas.

RESUMO

Este trabalho objetiva realizar uma reflexão acerca da formação de professores, conhecendo a percepção que uma professora e um diretor de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), participantes do curso de formação Saberes e Práticas da Inclusão, fazem do impacto do curso na rotina profissional deles e a percepção dos alunos sobre possíveis mudanças, na busca de consolidar bases para a construção e estruturação da escola inclusiva, almejando a proposta de inclusão na educação. Realizamos uma pesquisa qualitativa utilizando entrevistas semi-estruturadas com a professora de Educação especial e o diretor e duas alunas com necessidades especiais de uma escola pública do município de Vitória. Destacamos alguns subsídios para a formação do professor em Leis, Conferências, e na Constituição Federal, na tentativa de retomar questões fundamentais, ao tratar de temas como inclusão educacional e social. Concluímos, então, que é necessário o esforço de todas as partes, tanto de investimentos públicos nesse auxílio, para uma qualificação profissional, como uma conscientização por parte dos professores para garantir a escola inclusiva.

Palavras chaves: formação de professores – inclusão – educação especial

SUMÁRIO

RESUMO	
APRESENTAÇÃO	8
I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 SOBRE OS PROFESSORES DAS ESCOLAS BRASILEIRAS: da exclusão a inclusão	11
1.2 SOBRE A LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	12
1.3 SOBRE O CURSO SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO	16
1.3.1 Sobre a proposta do curso no município de Vitória	19
II OBJETIVOS	22
III METODOLOGIA	23
3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA	23
3.2 CONTEXTO	23
3.3 PARTICIPANTES	25
3.4 INSTRUMENTOS	24
3.5 MATERIAIS	26
3.6 PROCEDIMENTOS CONSTRUÇÃO DE DADOS	26
IV RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1 AS ENTREVISTAS COM RAFAEL E TEREZA	29
4.2 AS ENTREVISTAS COM ANA MARIA E JÚLIA	32
4.3 O DIÁRIO DE CAMPO	33
V CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	39
ANEXOS	41
A – Termo de Consentimento Livre Esclarecimento	42
B – Carta de Apresentação	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Visita a Escola

27

APRESENTAÇÃO

Existem muitas gentes que vivem dentro da gente, já dizia o dramaturgo Hugo Rodas. Eu, sabendo disso, decidi iniciar minha apresentação compartilhando com os leitores a minha história com o meu pai. Creio que um dos principais motivos que me levaram a seguir como professora é o fato de ser filha de um professor e acreditar que poderia e posso ajudar no caminhar de outras pessoas. Meu pai, homem sério e muito inteligente, professor de História e Geografia e da antiga OSPB (Organização Social e Política Brasileira), começou a lecionar em 1954, portanto, quando nasci, já estava na profissão há dez anos. Eu cresci até os meus cinco anos, olhando-o e admirando-o pelo seu empenho e dedicação ao trabalho. Via que os alunos do meu pai sempre o procuravam com o maior respeito, tratando-o por senhor.

No entanto, os caminhos da vida são surpreendentes e, infelizmente, ainda pequena, perdi o contato com o meu pai. Essa perda me fez sentir excluída em vários momentos importantes de minha vida. Os meus pais se separaram numa época em que isso era inconcebível e eu me sentia marcada, estigmatizada. Muitas vezes, preferi ficar só a ter que ouvir comentários do tipo: tão inteligente e bonita apesar de não ter pai.

Mesmo depois de nos afastarmos, meus irmãos e minha mãe me contavam várias histórias: que ele havia fundado uma escola, que havia feito a planta arquitetônica de outra, que havia trazido todos os seus irmãos, de uma cidadezinha do interior do Espírito Santo para estudar na capital, Vitória, e de realizar trabalhos voluntários. Todas essas ações empreendedoras me permitiram, por um lado, construir uma imagem positiva do meu pai professor e, por outro, vivenciar a dor da exclusão e do estigma por ser filha de pais separados.

Essa vivência fez com que eu enxergasse a vida e as pessoas de outra maneira, evitando julgá-las pela primeira impressão. Percebi, ainda pequena, que a ignorância, o não saber, o não oportunizar ouvir e compartilhar, muitas vezes, é o caminho para o preconceito.

Assim como meu pai, decidi tornar-me professora. Em 2000, tornei-me professora de Artes (tendo a formação de Artes Plásticas Bacharelado). Como tal, sempre busquei instigar os meus alunos a novos olhares, descobertas, pensamentos, interrogações, procurando explorar a diversidade como estratégia central para as minhas mediações. No entanto, sentia muitas dificuldades em mediar o conhecimento com alunos com necessidades educacionais especiais. Sentia dificuldade na mediação pedagógica, mesmo tendo professor especializado na sala de aula. Sentia-me desamparada e percebia que minhas ações ora eram vitoriosas; ora não. Sentia falta de discutir propostas de trabalho ou idéias que me ajudassem a ensinar todos os alunos, pois sei a dor da exclusão e do preconceito e não queria, como não quero, que meus alunos ficassem à parte do processo pedagógico que estava liderando. Esse caminho solitário, muitas vezes angustiante, despertava em mim desejos contraditórios de desistir e de persistir. Precisava me capacitar e tive no meu pai, que se fez presente na minha fase adulta, um grande incentivador para o aperfeiçoamento dos meus estudos. Fiz minha primeira pós-graduação em Educação Artística e mais tarde retornei à faculdade para fazer o curso de Artes Visuais - Licenciatura, o que me amparava a continuar lecionando. No entanto, o curso de Artes Visuais ainda era pouco, pois na ânsia de me fazer entender e de levar conhecimento a todos os alunos, comecei a buscar um curso que me ajudasse a trabalhar com o ANEE, afinal, toda vez que contribuía para o despertar do “olhar” de um aluno cego através do tato ou de um aluno surdo através da visualização de imagens, convenciam-me de que as Artes eram e são um grande caminho para a socialização, educação e, conseqüentemente, para a inclusão e para a alegria de viver.

Dessa forma, a partir de 2009, decidi me profissionalizar, buscar caminhos que me ajudassem a ser gente importante para meus alunos, inclusive, aqueles com necessidades educacionais especiais. No próprio ano de 2009, fiz um curso sobre a História da Surdez e este ano estou com dois projetos de capacitação: um curso de Libras e essa pós graduação em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar. Esses cursos de formação abriram meus horizontes sobre a temática e acredito que o caminho é esse: estudar e trabalhar, viver novas experiências com a diversidade da sala de aula.

Considerando a minha história de vida e profissional e as temáticas discutidas nesse curso de pós-graduação, decidi por fazer uma pesquisa sobre um curso que foi oferecido na SEME, de Vitória – ES, intitulado: Práticas e Saberes da Inclusão, realizado em 2006/7. Nosso objetivo foi identificar os benefícios desse curso para professores e o diretor de uma EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental), bem como de seus alunos. Com isso, pretendemos avaliar o impacto do curso de formação na rotina da escola de uma professora e o diretor que participaram do curso e a percepção dos alunos sobre possíveis mudanças.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica vamos refletir sobre a formação do profissional em Educação Especial, principalmente no tocante à capacitação dos docentes, na medida em que esta constitui uma área de produção de conhecimentos especializados, que deve participar do processo de inclusão.

1.1 SOBRE OS PROFESSORES DAS ESCOLAS BRASILEIRAS: da exclusão para a inclusão

Para começar a discussão sobre os professores das escolas brasileiras, optamos por apresentar duas citações que nos permitem reflexões importantes sobre essa questão:

A educação escolar no Brasil tem ainda um caráter eminentemente excludente e conservador. A proposta de se incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem se chocado com o conservadorismo de nossas escolas e com uma cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial (MANTOAN, 2006, p.11).

Muitos trabalhadores da educação têm demonstrado dificuldades de aceitar as mudanças paradigmáticas pelas quais passamos com a inclusão e, parecem demonstrar medo de que suas fragilidades venham à tona no exercício de sua profissão, especialmente, no atendimento de uma clientela que até há 20 anos atrás, ficava enclausurada em espaços específicos da escola e do sistema educacional (OSÓRIO, 2006, p.27).

Todas essas dificuldades para a implantação da escola inclusiva perpassam, portanto, pela formação do profissional, seja ela técnica, seja ela, humanista, como defende Mantoan (2006). O fato de a capacitação dos professores ser um importante explicador das dificuldades da implantação efetiva da inclusão mesmo após se passado 23 anos da Constituição Federal, não justifica a atitude passiva de alguns professores frente à proposta da escola inclusiva. A capacitação é importante, mas, mais importante que ela, é o desejo dos professores de buscarem essa capacitação e a vontade de fazer de sua escola e de sua sala de aula um

espaço inclusivo (Santiago, 2004). Como afirma Gonzaga (2002, p. 31), “não podemos ficar esperando a capacitação, para só então iniciar-se os esforços pela inclusão, ou pior, justificar e manter a situação de segregação”. Osório (2006) e Mantoan (2006) concordam, complementando:

Na perspectiva da educação inclusiva, o processo inicial de trabalho pedagógico voltado para a inclusão exige que se explicita a concepção que o embasa, principalmente, entre as relações deste fenômeno social versus sua história, entre o todo e as partes, em seus diferentes contextos e dimensões (p.27).

Estamos vivendo um tempo de crise global, em que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e em que o conhecimento, matéria prima da educação escolar, está passando por uma re-interpretação, onde os cursos de formação para os professores ajudam a criar novas conexões e encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural (p. 11).

O educador precisa ser trabalhado emocionalmente e profissionalmente, com capacitação contínua, entendendo que a educação especial se encontra junto à educação regular, vislumbrando “Educação para Todos”, favorecendo a remoção de barreiras para a aprendizagem e a participação social de todo e qualquer indivíduo (GONZAGA, 2002,).

1.2 SOBRE A LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para a educação especial, a reforma em andamento prevê, nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 18, na Resolução CNE n. 02/2001, que os professores que trabalham com alunos "que apresentam necessidades educacionais especiais" podem seguir dois modelos distintos: os capacitados e os especializados.

Tais modelos de professores são definidos nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 18 (Brasil, 2001). No parágrafo 1º, definem-se as competências a serem desenvolvidas nos chamados professores capacitados:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Já os professores especializados são os responsáveis pela organização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas pelos "professores capacitados". Estes devem ter sua formação em nível superior ou em nível de especialização, como explicitado nos parágrafos 2º e 3º do artigo 18 da LDBEN (Brasil, 1996):

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar: I – formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; II – complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Quanto aos professores que já estão exercendo o magistério, o parágrafo 4º do artigo 18 especifica que lhes devem ser oferecidas "oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (BRASIL, 1996).

A formação desse profissional, quando ocorrer em nível superior, deverá ser em cursos de licenciatura, especificamente no curso de pedagogia, com habilitação em educação especial, e não mais em uma de suas áreas definidas pela deficiência. Quando essa formação for oferecida em curso de especialização, poderá ocorrer em uma das áreas da deficiência ou estar relacionada com o atendimento educacional dos alunos deficientes, como, por exemplo, curso de especialização em educação inclusiva, em inclusão, entre outros.

Ou seja, segundo a Resolução CNE n. 02/2001, tanto os professores capacitados como os especializados podem ser formados em dois níveis. Os primeiros em nível médio ou superior, e os segundos em nível superior ou em pós-graduação. Também são formadores desses professores os cursos de complementação e de formação em serviço.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, está determinado que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001, p.8).

Toda essa legislação evidencia uma grande mudança na perspectiva educacional, haja vista que, com a consolidação da política inclusiva, os alunos deficientes que, por anos foram deixados à margem do contexto social e educacional, passavam a ocupar seu lugar na escola, lugar de quem pode aprender com os outros.

Tem se estudado sobre alunos deficientes desde o século XVI, mas só a partir do século XX que esse estudo foi reforçado pelo movimento de integração, surgido nos EUA, garantindo e evitando discriminações a essas pessoas com necessidades especiais. A integração foi se transformando num grande movimento inclusivo, que foi referendado pela Declaração de Salamanca, em 1994, na Espanha.

Sailor (2002) aponta que o termo “educação inclusiva” emerge também no início da década de 1990 e, embora tivesse implicações políticas semelhantes às do termo “inclusão”, seu foco era mais na escola do que na sala de aula. A “educação inclusiva” pressupunha a colocação de todos os estudantes como membros de uma classe comum, mas deixava abertas as oportunidades para os estudantes serem ensinados em outros ambientes na escola e comunidade. Em 1994, foi realizado na Espanha a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais, promovida pela UNESCO, a Declaração de Salamanca, que foi um grito de socorro, num mundo globalizado com tantas pessoas sendo excluídas da sociedade. O resultado desse encontro foi a sistematização de uma declaração que definia o termo inclusão bem como um conjunto de ações da sociedade e da escola para garantirem a entrada e permanência do aluno deficiente na sala de aula. Além da Declaração de Salamanca, em que o Brasil foi país signatário, houve também a Convenção da Guatemala:

Segundo a Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL,2008,p.9).

Para dar conta do novo paradigma educacional, o governo brasileiro desenvolveu leis, decretos e programas de formação continuada para professores,

desde 1996, para cumprir os acordos nacionais e internacionais que havia assinado. Assim, em relação à formação dos professores com atuação na educação especial, pesquisas apontam um aumento significativo, contando no ano de 2006, de 77,8% destes profissionais que declararam ter um curso específico nessa área de conhecimento (BRASIL, 2008).

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p.17).

A formação deve se dar de forma que o professor se capacite para interagir com outras disciplinas, preparando-se para estar sempre em contato, com colegas de outra áreas do conhecimento, realizando sempre projetos voltados para todas as formas de acessibilidade. (BRASIL, 2008).

1.3 SOBRE O CURSO SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO

O Ministério da Educação, com o objetivo de apoiar os sistemas de ensino no desenvolvimento de propostas de qualidade, na perspectiva de uma educação para a cidadania, elaborou um conjunto de diretrizes curriculares para os diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino.

Assim, na perspectiva de apoiar os professores nas suas atividades didáticas de sala de aula, a Secretaria de Educação Especial implementou, em parceria com as secretarias de educação estaduais e municipais, o Programa Saberes e Práticas da Inclusão que envolveu um conjunto de ações voltadas para a formação de educadores de diferentes segmentos da comunidade educacional: professores, equipes, técnicos, diretores de escolas e/ ou creches. Seus conteúdos deveriam ser trabalhados em ações de formação continuada dos professores, articulando-se,

preferencialmente, com as iniciativas dos sistemas de ensino no âmbito da educação básica.

A proposta central deste Programa consistiu em desenvolver quatro competências profissionais básicas: leitura e escrita; trabalho compartilhado; administração da própria formação e reflexão sobre a prática pedagógica.

Tinha como objetivos:

- incentivar a prática de formação continuada no interior dos sistemas educacionais;
- fortalecer o papel das secretarias na formação dos professores, evitando a fragmentação e a pulverização das ações educacionais;
- contribuir para o debate e a reflexão sobre o papel da escola e do professor, na perspectiva do desenvolvimento de uma prática de transformação da ação pedagógica;
- criar espaços de aprendizagem coletiva que incentivem a prática de encontros para estudar, trocar experiências e realizar trabalho de grupo nas escolas;
- colocar à disposição dos sistemas de ensino, de forma organizada, os conteúdos e as metodologias de formação;
- incentivar a prática de flexibilização curricular (BRASIL, 2003,p.3).

Entre as suas ações, mereceram destaque: o apoio aos estados e municípios interessados na formação continuada dos professores; a criação de pólos de apoio técnico operacional para o desenvolvimento do programa nas diferentes regiões do país; a utilização do programa pela TV Escola; a realização de encontros pedagógicos para discussão de temas, avaliação e reprogramação das atividades do programa.

Ao disponibilizar aos sistemas de ensino o Programa Saberes e Práticas da Inclusão, a Secretaria de Educação Especial ampliou a sua ação de parceria com as secretarias de educação para o desenvolvimento de práticas específicas de

formação continuada dos professores em todo o país, dando um passo para a institucionalização da política nacional de educação para todos.

O Curso Saberes e Práticas da Inclusão foi organizado em nove módulos desenvolvidos num total de 240 horas. Os módulos foram propostos na seguinte sequência:

Módulo 1 – A bidirecionalidade do processo de ensino aprendizagem (8h).

Módulo 2 – Ensinando na diversidade: reconhecendo necessidades especiais (8h).

Módulo 3 – Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva (12 h 15).

Módulo 4 – Estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais (8 h).

Módulo 5 – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos (37 h 45).

Módulo 6 – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência física / neuro – motora (15 h).

Módulo 7 – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com altas habilidades / superdotação (60 h).

Módulo 8 – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão (75 h).

Módulo 9 – Avaliação para Identificação das Necessidades Educacionais Especiais (16 h) (BRASIL, 2003, p.12).

Ao longo desses nove módulos, o curso apresentou como proposta um conjunto variado de atividades a fim de propiciar aos professores em formação o desenvolvimento de diferentes capacidades alicerçadas na reflexão sobre suas práticas em sala de aula e sobre os novos procedimentos, conceitos e atitudes abordados pelo Programa.

A implementação do Curso Saberes e Práticas da Inclusão ocorreu necessariamente em parceria com as secretarias de educação e também com universidades, organizações não governamentais de apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais, que puderam propiciar o acesso das secretarias ao conhecimento já acumulado sobre a realidade local, além de contribuírem para o desenvolvimento do programa e para o envolvimento da comunidade nas atividades escolares.

1.3.1 Sobre a proposta do curso no município de Vitória-ES

O curso Saberes e Práticas da Inclusão foi customizado, ou seja, foi adequado por cada secretaria de acordo com as especificidades do lugar. O curso sofria alterações locais, não era padronizado, igualzinho para todo o Brasil. Na proposta do curso pela SEME de Vitória, este contou com carga horária de 240 horas, compôs um conjunto de ações do Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, promovido pelo MEC/SEESP.

Objetivos traçados pela Secretaria Municipal de Vitória:

- fortalecer o papel das escolas no que tange à formação dos professores.
- apresentar alternativas de estudos e práticas sobre o atendimento das necessidades educacionais dos alunos.
- contribuir para o debate e a reflexão sobre os saberes da escola e do professor na perspectiva do desenvolvimento de prática de transformação da ação pedagógica.
- criar espaços de aprendizagem coletiva, incentivando a prática de encontros para estudos e trocas de experiências.

O que foi estudado no curso Saberes e Práticas da Inclusão no município de Vitória, assuntos/temas/grade:

- Política de inclusão: recomendações para a construção de uma escola inclusiva
- Ensinando na Diversidade: reconhecendo e respondendo às necessidades especiais.
- Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais.

- Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitadas no processo de desenvolvimento mental.
- Dificuldades de comunicação e sinalização: surdez.
- Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência física/múltipla.
- Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e com baixa visão.
- Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação.
- Seminário: socialização e discussão dos trabalhos desenvolvidos no cotidiano escolar.

O Curso foi oferecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEME), para todos os profissionais efetivos que atuavam na Rede Municipal de Educação de Vitória e profissionais ligados a área de outras secretárias do mesmo município. Foi oferecido em dois horários, formando duas turmas; uma turma no horário vespertino, e outra turma no horário noturno.

a) Participantes do curso no horário vespertino:

- Participaram 47 professores, sendo 30 profissionais de CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil); 17 profissionais de EMEF (Escola Municipal de Educação Fundamental).

b) Participantes do curso no horário noturno:

- Nesse turno contamos com a participação de 115 profissionais, sendo 74 de CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil); 41 de EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental); 3 da SEME (Secretaria Municipal de Educação); 1 da SEMAS (Secretaria de Assistência Social); e 1 da Escola de Ciência e Física.

O Curso Saberes e Práticas da Inclusão oferecido pela SEME aconteceu no período de 05 de setembro de 2006 a 13 de novembro de 2007, organizado com

uma carga horária de 240 horas, sendo 160 horas presenciais e 96 horas não presenciais, objetivando contribuir para o debate e reflexão na sua escola de atuação.

Para finalizar, o curso Saberes e Práticas da Inclusão, oferecido pela Secretaria Municipal de Vitória, foi realizado um seminário, de 6 encontros, que teve como objetivo a socialização das experiências vividas pelos participantes do curso num processo de reflexão/ação considerando os discursos e as práticas produzidas nos contextos escolares, visando debater questões acerca da educação inclusiva, numa perspectiva colaborativa entre os diversos profissionais das unidades de ensino envolvidas.

Os trabalhos foram desenvolvidos considerando os seguintes eixos temáticos;

- O ensino e aprendizagem de alunos com deficiência a partir do processo de mediação.
- Gestão escolar na perspectiva da inclusão.
- Processos de formação continuada: possibilidades de mudanças.

Importante destacar o comprometimento da SEME na oferta de cursos para os profissionais visando se aproximar, cada vez mais, da realidade desse aluno com necessidades educacionais especiais, proporcionando uma inclusão, para a transformação da escola que temos para uma escola que queremos.

O conhecimento científico permite ao educador elaborar a sua própria competência. Ou seja, ressignificar o currículo de acordo com o seu alunado e o contexto histórico – social, vislumbrar um planejamento flexível ao grupo e a cada criança em sua singularidade, utilizando-se de metodologias eficazes (GONZAGA, 2002, p. 32). Isso exige dos trabalhadores da educação uma retomada não só de conhecimentos teóricos, mas também sua experiência vivencial da realidade, além de um compromisso profundo de buscar diferentes elementos explicitadores definitivos de experienciar suas particularidades práticas pedagógicas (OSÓRIO, 2006, p. 27).

II. OBJETIVOS

2.1. GERAL

Conhecer a percepção que uma professora e um diretor de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), participantes do curso de formação Saberes e Práticas da Inclusão, fazem do impacto do curso na rotina profissional deles e a percepção dos alunos sobre possíveis mudanças.

2.2. ESPECÍFICOS

1. Pesquisar as características do curso Saberes e Práticas da Inclusão oferecido pela Secretaria Municipal de Educação do município de Vitória no ano de 2006/2007: público-alvo, grade curricular, tempo de duração, entre outras informações.
2. Investigar a atuação de uma professora que atua na educação especial com alunos NEE que participou do curso Saberes e Práticas da Inclusão.
3. Investigar a percepção que a professora e o diretor fazem do curso.
4. Investigar com os alunos NEE da escola as suas percepções sobre a escola.
5. Investigar com o diretor escolar as mudanças que podem ter acontecido na sua atuação profissional desde que ele fez o curso.

III. METODOLOGIA

3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa qualitativa foi a mais adequada para a construção de dados porque reconhece o caráter interativo do processo de produção de conhecimento, que envolve tanto a relação investigador-participantes como as relações dos participantes entre si nas diferentes formas de trabalho grupal que a investigação pressupõe (Maciel e Raposo, 2001).

Propusemos um delineamento de pesquisa que oportunizasse entender a percepção de professor, gestor e alunos sobre o impacto do curso Saberes e Práticas na Inclusão no cotidiano escolar deles. Por isso, utilizamos como técnicas de levantamento de dados: a entrevista, a observação e o diário de campo. A utilização dessas técnicas de levantamentos de dados foram muito importantes, por se apresentarem como os melhores métodos para alcançar o objetivo deste projeto de pesquisa.

3.2 CONTEXTO

A pesquisa foi realizada em uma escola da Prefeitura Municipal de Vitória, que foi inaugurada em 1972, como escola estadual, sendo municipalizada em 1989 (1º ao 9º ano), que fica situada em um morro da periferia, em uma zona de risco social.

Na sua estrutura a escola tem três andares, contendo doze salas de aula, uma sala de Arte, uma sala de Informática, uma biblioteca, secretária, sala dos professores, refeitório, sala do diretor, sala de coordenador e pedagoga e sala de Educação Especial. Funciona no horário matutino e vespertino, contando com doze turmas em cada horário. No matutino atende turmas de 2º e 3º ano e no vespertino, turmas do 4º ao 9º ano. No espaço externo a escola tem ainda um pátio e uma quadra de esporte.

3.3 PARTICIPANTES

Participaram dessa pesquisa uma professora que atua na Educação Especial e um diretor de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) do município de Vitória, que fizeram o curso Saberes e Práticas da Inclusão, ofertado pela SEME Secretaria Municipal de Educação – Vitória – ES.

Tereza¹ é professora da Educação Especial, tem 51 anos, e leciona há 15 anos, sendo 4 anos com a Educação Especial. Há 10 anos leciona na mesma escola, tem formação em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia e em Educação Inclusiva. A professora concluiu o curso Saberes e Práticas da Inclusão. Decidiu se especializar em Educação Especial, devido às dificuldades do cotidiano com os alunos com necessidades especiais.

O diretor da escola, Rafael, tem 48 anos, formação em Língua Portuguesa, com 28 anos de prática docente. Há sete anos trabalha na mesma escola, sendo dois anos como gestor, portanto, quando fez o curso Saberes e Práticas atuava como professor da Língua Portuguesa. Fez o curso com a intenção de qualificar o seu trabalho com alunos com necessidades especiais, o que o levou a fazer também o curso de Libras.

Participaram da pesquisa duas alunas, a partir de agora nomeadas Ana Maria e Júlia, com 12 e 13 anos respectivamente, as duas cursando o 7º ano. Na sala das alunas, apenas elas têm deficiência. Ambas são deficientes intelectuais.

3.4 INSTRUMENTOS

Utilizamos um roteiro para entrevistas semi-estruturadas, com perguntas conforme descrevemos a seguir:

a) Roteiro de entrevista para a professora e o diretor da escola:

- Qual a sua formação?
- Quantos anos você tem?
- Por que trabalhar com Educação especial?

¹ Todos os nomes apresentados neste trabalho são fictícios.

- E o Curso Saberes e Práticas da Inclusão? O que ele acrescentou na sua atuação profissional?
- Quais as práticas anteriores? E as atuais?
- Você está gostando de sua atuação de sua atuação como professor de alunos com necessidades especiais?
- Qual o seu tempo de experiência com ANEE?
- Como você observa a socialização dos alunos com necessidades especiais nessa escola?
- Quais expectativas para melhores resultados de inclusão escolar nesta escola?

b) Roteiro de entrevista para as alunas:

- Quantos anos você tem?
- Já estudou em outra escola? Qual?
- Gosta da sua escola atual?
- Qual disciplina mais gosta?
- O que te deixa mais feliz nessa escola?
- O que te deixa mais triste nessa escola?
- Tem algo de ruim aqui, nessa escola?
- Como é sua participação nas atividades escolares?
- Sente-se discriminado nessa escola?
- Acha que todos os alunos são tratados de forma igual?
- Gosta como é tratada pelos professores? Diretor? Professora de educação especial?

Utilizamos, também, como instrumento de pesquisa um diário de campo, com o registro de informações importantes para o estudo, incluindo as reações dos alunos no decorrer da pesquisa qualitativa, visando proporcionar maior familiaridade com a questão sobre o que acontece em uma escola que tem ANEE cujo gestor e professora de Educação especial fizeram o curso Saberes e Práticas da Inclusão Escolar.

3.5 MATERIAIS

- Papel
- Caderno
- Lápis
- Caneta
- Agenda

3.6 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

Inicialmente, visitamos a Secretaria Municipal de Educação (SEME), para obtenção de dados do curso Saberes e Práticas da Inclusão Escolar. Contatamos uma das funcionárias da SEME para obtermos a lista dos professores que tinham participado do curso. Daí, selecionamos, para construção dos dados, uma escola que tinha o maior número de profissionais participantes do curso Saberes e Práticas da Inclusão. A escola foi escolhida porque além de já ter vivenciado um período escolar na mesma, com duração de três anos (2º, 3º, e 4º ano), o que me motivou a reviver experiências da infância, momentos controversos de descobertas, onde comecei a pensar na exclusão, mesmo sem saber o significado de tais palavras, vivendo e observando o mundo a minha volta, também, porque, além de a professora de Educação Especial ter feito o curso Saberes e Práticas da Inclusão, o diretor da escola também fez, o que, para nós, poderia indicar maior facilidade de implementação de ações promotoras da inclusão, haja vista que a gestão poderia atuar mais favoravelmente para isso, em virtude da capacitação em serviço.

Com esta seleção, marcamos um horário com o diretor para pedir a sua autorização. Quando autorizada a pesquisa, marcamos uma entrevista com o diretor e a professora de Educação Especial.

Todas as entrevistas realizadas, inclusive com as alunas foram feitas separadamente, cada uma em um dia específico.

Foram realizadas 10 visitas à escola (ver tabela 1), durante três semanas. A primeira visita foi para conversar com o diretor sobre a autorização da pesquisa. Ele foi muito solícito ao nosso pedido, aprovando a entrada da pesquisadora para a realização do trabalho de pesquisa.

Tabela 1: mostra o objetivo de cada visita à escola.

Nº Sessão	Data	Objetivo
1	14/02/2011	Pedir ao diretor consentimento da pesquisa
2	16/02/2011	Entrevistar o diretor da escola (dados pessoais).
3	18/02/2011	Entrevistar o diretor da escola (dados da escola).
4	21/02/2011	Entrevistar a professora de educação especial
5	23/02/2011	Entrevistar a aluna Ana Maria
6	25/02/2011	Entrevistar a aluna Júlia.
7	28/02/2011	Observar a sala de educação especial.
8	02/03/2011	Observar uma atividade na biblioteca.
9	03/03/2011	Observar os alunos no pátio e na aula de educação física.
10	04/03/2011	Observar a aula regular de Ciências em dois momentos: na sala de aula de Ana Maria, e depois na sala de aula de Júlia.

Levamos o Termo de Consentimento de Coleta de Dados até a escola para que fosse assinado por todas as partes envolvidas antes de os dados terem sido coletados (o diretor Rafael e a professora Tereza). Também foi convidada à escola os responsáveis pelas alunas Ana Maria e Júlia para assinarem o Termo de Consentimento de Coleta de Dados.

Registramos todas as entrevistas realizadas na escola. Usávamos o diário de campo para fazer anotações tanto na sala de aula, como nos momentos de encontro com a professora de Educação especial e em todo o espaço escolar onde

a professora de Educação Especial e o diretor da escola interagem com todos os alunos.

IV RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 AS ENTREVISTAS COM RAFAEL E TEREZA

Apresentaremos os resultados a partir das perguntas que fizemos ao diretor e à professora sobre o Curso Saberes e Práticas da Inclusão:

a) **Por que fizeram o curso Saberes e Práticas da Inclusão?**

Ambos os entrevistados disseram ter feito o curso por ansiar entender melhor o aluno com necessidades especiais e ampliar os conhecimentos deles sobre inclusão.

A formação do professor é insuficiente para perceber a realidade do aluno, precisa-se de formação continuada para ajudá-lo na busca de vivenciar a história desse aluno. Não podemos pensar somente nos alunos com NEE, esses são difíceis de lidar, pois, sua deficiência é aparente. Temos que pensar que a inclusão envolve todos, realmente uma escola igualitária para TODOS. *“Diversidade de cor de pele, de crenças religiosas, de sexos, de maneiras de aprender... que a sociedade finge incluir, mas somente abriga”* (GONZAGA, p.33, 2002).

b) **Tem alguma lembrança sobre a questão da inclusão, que levassem a ambos a terem desejo de se capacitar sobre essa questão?**

Tereza revelou ter tido um amigo, deficiente físico na infância, vítima de talidomida (um remédio abortivo). Na época, era comum usar o termo “aleijado”, porém ele estava sempre com todas as crianças, havia bastante interação entre todos. *“É difícil lembrar-me de alguma criança com necessidade especial, elas eram “invisíveis”*”. Já o diretor Rafael respondeu ter conhecido um menino que sofria de deficiências múltiplas e que sofria muita rejeição entre os colegas, até hoje Rafael o visita. Outra referência de sua memória foi um filme que assistiu sobre uma patinadora no gelo, que sofria um acidente e ficava paraplégica; já Tereza se lembrou de um filme “Ray Man”. Uma história de dois irmãos, em que um tinha

autismo, e se lembrou também de um livro que a deixou muito impressionada com a descrição, “Os Infames da História” de Lilia Lobo.

c) Qual a sua formação? E quanto tempo trabalha na educação especial?

Tereza disse ter formação em Pedagogia, especialização em Psicopedagogia, e, por último, fez o curso Saberes e Práticas da Inclusão, trabalhando há 4 anos como professora na Educação Especial. Rafael tem formação em Língua Portuguesa, também fez o curso Saberes e Práticas da Inclusão, começou a trabalhar com Educação Especial há 7 anos, e já está no terceiro ano como diretor dessa escola. No momento não é professor, o que não o impede de trabalhar com a inclusão, que acredita presente na escola que trabalha.

Para que a inclusão funcione, todos os profissionais da escola devem estar envolvidos (Mantoan, 2006; Santiago, 2004).

d) Como foi a formação do curso Saberes e Práticas da Inclusão?

Segundo o diretor, o curso Saberes e Práticas da Inclusão acrescentou muito. *“A partir do momento que se conhece a criança com necessidades especiais, e quando se tem uma formação para se embasar, tudo melhora”*. Para Tereza, o curso Saberes e Práticas da Inclusão foi o 1º passo para trabalhar com esse aluno NEE, depois vem a prática, com os alunos e familiares, que também fazem parte do processo. A sociedade também tem que se conscientizar de sua igualdade. Como nos diz Santos (1999, p.12) *“temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”*.

d) Como os professores dessa escola participam do processo de inclusão escolar?

Tereza já trabalha nessa mesma escola há 10 anos, e, de acordo com sua fala, esse ano houve um recomeço, pois mudaram vários professores, esses, aliás,

principais atores da inclusão, “*se houver resistência por parte do professor, não há inclusão*”. O diretor concorda com a colega relatando que “*os mais antigos relutam, os novos aceitam e alguns participam do processo*”.

De nada adianta a aceitação das crianças com deficiências na escola, como um objeto na sala de aula, apenas para se fazer cumprir uma lei. Para que haja inclusão, há que se ter comprometimento dos professores com a turma toda e com os alunos deficientes, entendendo-os nas suas especificidades, mas não os impedindo de participar. O maior desafio para a inclusão tem sido o preconceito e as crenças estigmatizadoras que envolvem as pessoas com deficiências (AQUINO, 2003; GONZAGA, 2002; MANTOAN, 2006; SANTIAGO, 2004).

Para um futuro próximo, Tereza espera encontrar outra visão da prática inclusiva, esse é um processo novo, espera-se bons resultados, de preferência, com formação para todos os professores, para que eles entendam melhor esse aluno NEE. Rafael, como diretor da escola, se preocupa de forma mais ampla com a inclusão lembrando que a escola é pública e aberta para todos. “*O espaço físico não é adequado e gostaria de mais investimento e melhor conscientização, especialmente na comunidade escolar.*” De todo modo, relata ser um grande prazer estar participando do processo de inclusão escolar.

f) Como é o relacionamento de vocês com as crianças com necessidades especiais?

Quanto aos alunos, Tereza diz ter uma interação muito grande com eles. As crianças NEE são ótimas, inserem-se em todos os momentos escolares. Rafael coloca o respeito em primeiro lugar e um diálogo sincero e, quando vê o desenvolvimento desses alunos, sente-se gratificado.

g) Tem-se solução para incluí-los?

Tereza declara: “*Claro! Incluindo-os no ensino regular, na “sua” sala de aula.*” Para Rafael, em relação à inclusão dos alunos NEE diz que ali, estão totalmente

socializados, os próprios colegas ajudam. Eles brincam com todos e também tem um acompanhamento pedagógico. “O ato de incluir supõe uma superação dos preconceitos, modificação de atitudes e organização de metodologias de trabalho em conjunto com o conhecimento científico” (GONZAGA, 2002, p.31).

4.2. AS ENTREVISTAS COM ANA MARIA E JÚLIA

Quanto aos alunos, duas foram entrevistadas: Ana Maria, de 12 anos, e Júlia, de 13 anos, ambas cursam o 7º ano e têm deficiência intelectual. Ana Maria já estudou na APAE, lugar em que gostou muito de estar.

a) Vocês gostam da escola que estudam?

Responderam que sim.

b) O que mais e o que menos gostam na escola?

Ana Maria gosta muito de Educação Física e pintura, só não gosta muito de fazer dever e de um colega de sala, pois este não tem paciência para entendê-la, e a hora mais triste é quando vai embora, pois gosta muito dos colegas, inclusive, gosta muito de um primo que está sempre presente, e também dos professores, principalmente da professora Tereza e das estagiárias. Júlia relata gostar muito de pintar e escrever, e só não gosta de alguns meninos que falam muita besteira. Se sente acolhida na escola, todos são muito “gente boa”: diretor, professores, estagiárias, e demais funcionários.

c) O que acham do tratamento dado a todos os alunos na escola? Vêm algum tipo de diferenciação?

Sobre o tratamento dado a todos os alunos da escola, as duas, Ana Maria e Júlia, disseram não ver diferença no tratamento oferecido a elas e aos demais alunos da escola, se sentem incluídas no espaço e pela comunidade escolar.

4.3. AS OBSERVAÇÕES DO DIÁRIO DE CAMPO

No diário de Campo, pudemos registrar alguns momentos vivenciados na escola, como o horário do recreio, a sala de Educação Especial (espaço mínimo), aula de Ciências e Educação Física, biblioteca, entrada e saída dos alunos.

Realmente pudemos perceber uma grande interação de todos: eles brincam e estudam juntos sem diferenciação, em todos os espaços. Sentem-se muito bem na biblioteca, é como uma extensão da sala de aula, lugar onde apresentam autonomia e respeito entre as partes. Na aula de Educação Física, todos gostam muito e participam, com exceção de Júlia, talvez por ser maior do que as amigas, fica sentada (aparenta sentir vergonha do corpo), na sala de Educação Especial pude observar Ana Maria e Júlia, ambas tratadas com muito carinho e segurança. Nessa sala, há materiais pedagógicos especiais para elas, Tereza e as estagiárias explicam várias vezes a atividade com paciência, porém com firmeza para que a tarefa seja completada. As estagiárias estão sempre auxiliando as meninas nas atividades de sala e atividades diferenciadas elaboradas por Tereza, juntamente com os professores de sala (informação cedida por Tereza). Todo o progresso alcançado pelas alunas é comemorado com estímulo e alegria. *“Incluir não é somente delegar à criança um espaço físico em sala de aula, é propor ao indivíduo atividades que promovam seu desenvolvimento”* (GONZAGA, 2002, p.31).

Ana Maria gosta de pintar, como já foi dito, escreve o nome e nada mais. Sua escrita são formas repetitivas e ela faz questão de preencher todos os espaços. A sua escrita não tem valor representativo. Ana Maria, segundo Moura (1992), tem as mesmas condições de se desenvolver que as crianças ditas normais, no que se refere à leitura e escrita, somente precisando de mais tempo e quanto mais incluída na sociedade, maior essa probabilidade. Tereza fala de sua evolução, relata que antes não falava nada. Agora fala com dificuldade, palavras soltas, mas com muita vontade de se comunicar, coisa que não acontecia nos anos anteriores. Júlia gosta de escrever e é alfabetizada, se comunica um pouco melhor. Todas as duas são muito meigas, sempre com um sorriso no rosto, demonstram gostar muito do ambiente escolar.

A escola ainda tem mais dois alunos com NEE, só os vi uma vez brincando e dançando no pátio, são muito faltosos.

Percebemos uma boa vontade muito grande da professora Tereza em elaborar materiais, pesquisar. No contato com as estagiárias, orienta-as e participa com os alunos em todos os momentos escolares com carinho e respeito (todos demonstram gostar muito dela e a respeitam).

A professora Tereza só demonstrou uma certa dificuldade em relação a alguns professores que relutam em incluir todos os alunos na sala de aula. Sentimos sempre uma maior responsabilidade em relação aos alunos com NEE, direcionada para a professora de Educação Especial, em todos os momentos escolares, como se a responsabilidade em relação a eles fosse só dela. Por exemplo, no dia 28 de fevereiro, os alunos da escola saíram mais cedo devido a problemas pedagógicos da escola. Fazendo observação na sala de educação especial, percebemos que Tereza ficou com as duas alunas, Ana Maria e Júlia até que os seus responsáveis viessem buscá-las. É como se as alunas fossem somente dela. Segundo Gonzaga (2002), trabalhar com os esses alunos sempre foi um desafio, é mais fácil ignorar sua existência, e delegar essa tarefa ao professor de Educação Especial. *“Os professores deveriam ser os guardiões desse direito e apoiar os pais nas suas dificuldades de compreendê-lo e exigí-lo a todo custo” (MANTOAN, 2006, p.14).*

O diretor demonstra estar muito bem em sua posição: tem a capacidade de interagir melhor com os alunos num processo de inclusão e com a professora de Educação Especial, auxiliando-a numa interação com toda a comunidade escolar. Rafael participa dos momentos do pátio e de refeição com os alunos, sempre está em contato com Tereza, perguntando como estão os alunos com NEE, sempre buscando o diálogo com todos. O curso Saberes e Práticas veio como uma ferramenta oferecida pelo MEC, no auxílio de profissionais que refletiam o processo de inclusão, precisando de apoio teórico para suas ações no espaço escolar, ansiando melhores condições de trabalho, pensando numa escola para todos (MEC, 2003).

Na atualidade, a inclusão está posta como política e prática inovadoras se pensarmos o processo histórico da construção educacional. A inclusão convida a todos a uma mudança de postura que passa, também, pela reflexão continuada de quem se é como pessoa e profissional. (OSÓRIO, 2006; MANTOAN, 2006).

Na percepção da professora e do diretor que fizeram o curso Saberes e Práticas da Inclusão, é que foi um grande despertar, apesar de já terem o interesse, foi um abrir portas. Esse curso foi oferecido pelo MEC, e adaptado pela SEME-Secretaria Municipal de Educação de Vitória, e aconteceu nos anos de 2006/2007, contribuindo para a formação do professor na área de inclusão. A falta de conhecimento é um grande entrave para a atuação do profissional de educação, por isso penso que deveria ser obrigatório um curso sobre inclusão para todos os professores, apesar de ainda ser muito pouco, já é um bom começo.

A atuação da professora Tereza se configura trabalhando com materiais diversificados, auxiliando os demais professores da escola, e orientando as estagiárias, que ficam mais com as alunas com necessidades educacionais especiais, e para o diretor houve uma boa mudança, pois passou a entender melhor o aluno. Sobre a percepção das alunas, Ana Maria e Júlia, não foi possível me aprofundar nos dados, mas indico esse tema para uma nova pesquisa.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde criança, sempre me revoltou a exclusão, o preconceito, muitas vezes, sentidos na pele, talvez por isso essa tenha sido uma temática que sempre fez parte das minhas indagações. A temática do meu trabalho se refere ao meu interesse de pesquisar sobre cursos oferecidos na área da Educação Inclusiva. A pergunta que queria responder era: o que cursos de formação continuada poderiam proporcionar de benefícios para o aluno especial e para o professor nessa área de atuação? Para tanto, pesquisamos os impactos do curso Saberes e Práticas da Inclusão, oferecido pelo MEC e reestruturado pela SEME – Secretaria Municipal de Educação de Vitória, na percepção de uma professora de Educação Especial, de um diretor que fizeram o referido curso e de duas alunas com deficiência intelectual. Os resultados mostraram que a execução do curso Saberes e Práticas da Inclusão colaborou para o fortalecimento no processo de formação de Tereza e Rafael para a inclusão vivenciada na mesma escola. As alunas disseram gostar da escola e a professora Tereza apontou avanços no desenvolvimento delas com o processo inclusivo.

Essa pesquisa evidenciou, mais uma vez, que não adianta inserir mais um aluno deficiente no espaço escolar, temos que incluí-lo, o que significa mobilizar recursos institucionais, físicos e humanos para que os alunos possam aprender. A escola investigada, apesar de não ter seu espaço físico totalmente adaptado para a inclusão, tem procurado desenvolver ações como: construção de materiais pedagógicos adaptados e acompanhamento dos alunos deficientes dentro e fora da sala de aula para promover a inclusão dos alunos com deficiência. No entanto, os resultados mostraram que o maior desafio, para a escola, tem sido os estigmas que ainda impregnam o pensar e o fazer de alguns professores da escola. Isso nos remete a Mantoan (2006), quando ela afirma que as escolas precisam criar espaços institucionais de fala coletiva, onde os professores possam colocar suas dúvidas, suas dores, seus medos e afirma que essa estratégia é uma poderosa formação humanística, que pode ajudar no combate ao preconceito e na promoção da escola para todos.

Concluimos que o curso Saberes e Práticas foi percebido como um curso que contribuiu com os profissionais participantes para repensar suas práticas e mudar suas atitudes na escola. Com isso, pensamos que o sistema educacional precisa prover mais oportunidades de formação para todos os professores, inclusive, como requisito obrigatório para a atuação profissional, haja vista que a escola inclusiva é uma determinação legal no Brasil.

A formação continuada de professores deve ser uma política prioritária no sistema educacional como um todo, haja vista que essa formação é indicada por muitas pesquisas como o diferenciador entre experiências de inclusão bem e mal sucedidas, além de ser garantida por lei, como a Constituição Federal (1988), e a Convenção de Guatemala (2001).

Nesse trabalho, estudamos um curso que trata a inclusão, mas sabemos que cursos de formação não são suficientes se a escola e os professores não delimitarem um tempo para encontros que permitam o livre pensar, o livre debater e o estudar sobre os processos de ensino e aprendizagem e sobre os processos complexos que envolvem a inclusão. Esses espaços de troca, segundo Mantoan (2001), ajudam a pensar e refletir maneiras de os professores atuarem para incluir todos os alunos nas atividades que propõem em sala de aula, sem distinção. Com isso, os professores se contemplarão na necessidade de escuta e poderão, coletivamente, construir respostas para os desafios colocados pela inclusão, sendo o principal deles: a eliminação de toda e qualquer exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, J.G. (org.). Diferença e diversidade. Em **Ofício de Professor: aprender mais para ensinar melhor, vol. 8**, p.30-55. Programa de Aprendizagem para Professores dos Anos Iniciais da Educação Básica. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2003,
- BRASIL. Caderno de Apresentação/ Saberes e Práticas da Inclusão. Coordenação Geral: SEESP/MEC; organização ARANHA, M. S. Fabio. Brasília: Ministério da Educação, 2003. 30p.
- BRASIL, Ensaios Pedagógicos. Ministério da Educação, Secretaria de Educação especial. Brasília, 2006.
- BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008
- GONZAGA, A. Formação de professores e a escola inclusiva: questões atuais. In Revista Integração. SEESP/MEC. Brasília, 2002, nº22, p. 30-33.
- MACIEL, D. A, BARBATO, S. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília:UNB, 2010.
- MOURA, Vera. O Poder do Saber: relato e construção de uma experiência em alfabetização. Porto Alegre: Kuarup, 1992.
- SANTIAGO, S.A. da S. Mitos e verdades que todo professor precisa saber. Reflexões sobre a prática pedagógica na perspectiva inclusiva. **CONSTRUIRnotícias, Ano 3**, nº16, pp. 20-23, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais Oficina do CES nº 135, janeiro de 1999.

APÊNDICES

A – MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Entrevista com Tereza e Rafael:
 - a) Qual a sua formação?
 - b) Qual o seu de experiência em educação?
 - c) Quanto tempo trabalha com o aluno com necessidades especiais?
 - d) Qual a sua idade?
 - e) Tem alguma lembrança sobre a inclusão, que o (a) levou a ter desejo de se capacitar sobre essa questão?
 - f) Por que fez o curso Saberes e Práticas da Inclusão?
 - g) Como foi sua formação no curso Saberes e Práticas da Inclusão? Você está gostando de sua atuação com o aluno NEE?
 - h) Como foram suas primeiras experiências com aluno NEE?
 - i) Como os professores dessa escola participam do processo de inclusão escolar?
 - j) Como é o seu relacionamento com os alunos NEE?
 - k) Tem - se solução para incluí-los?

- Entrevista com as alunas Ana Maria e Júlia:
 - a) Quantos anos você tem?
 - b) Já estudou em outra escola?
 - c) Gosta de sua escola atual?
 - d) Qual disciplina mais gosta?
 - e) O que te deixa mais feliz/ triste nessa escola?
 - f) Como é sua participação nas atividades escolares?
 - g) Sente-se discriminado nessa escola?
 - h) Acha que todos os alunos são tratados de forma igual? Vê algum tipo de diferenciação?
 - i) Gosta como é tratada pelos colegas? Professores? Diretor? E a professora de Educação Especial?

ANEXOS

A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

B – Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores

Sou Léa Márcia Cardoso do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “**Curso Saberes e Práticas da Inclusão: Desdobramentos e Práticas no Cotidiano Escolar**” Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Para fazer a pesquisa, precisaremos: entrevistar, aplicar questionário e interagir em alguns momentos com o professor de Educação Especial .

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que a identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (27) 99937826 ou no endereço eletrônico leamarciac@ Hotmail.com.Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Léa Márcia Cardoso

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar .UAB –
UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A (o) Diretor(a)

Escola

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (pólos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilândia). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. DEM datado de 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Léa Márcia Cardoso. sob orientação Juliana Caixeta cujo tema é: .Curso Saberes e Práticas da Inclusão: Desdobramentos e Práticas no Cotidiano Escolar, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar